



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

DIVERSIDADE E CIDADANIA SOB O OLHAR SEMIÓTICO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS AUTISTAS NA ESCOLA

Uma leitura crítica da política educacional brasileira à luz
da semiótica discursiva

Ana Luiza Marcos Romualdo¹

¹UFMG/EEFFTO Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional –
analuizamarcos02@hotmail.com.br

Resumo: Este artigo propõe uma análise semiótica do discurso institucional sobre a inclusão escolar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com base em um recorte do documento oficial do MEC. Utiliza os conceitos de função veridictória, quadro de valores e dialogia para compreender a articulação simbólica da diversidade e da cidadania. Evidencia-se uma tensão entre o parecer e o ser inclusivo.

Palavras-chave: Autismo, Inclusão Escolar, Cidadania, Semiótica, Diversidade

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.1	n.19	2025.1	e-ISSN: 2317-0220
-------------------------------	----------------	-----	------	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

1. Introdução

A inclusão de pessoas com deficiência, em especial aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tornou-se um ponto central nas políticas educacionais contemporâneas. No Brasil, a proposta de uma educação inclusiva está consolidada oficialmente desde a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que defende o direito ao acesso à escola comum para todos os estudantes. No entanto, o desafio permanece em garantir que esse acesso represente, de fato, uma experiência escolar significativa e cidadã.

Este trabalho pretende investigar como o discurso institucional articula os valores da diversidade e da cidadania ao tratar da inclusão de estudantes autistas, revelando como esses valores são promovidos, silenciados ou condicionados por elementos simbólicos e práticos.

2. Fundamentação teórica

A inclusão escolar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) está inserida em um contexto de profundas transformações nas políticas públicas educacionais brasileiras, especialmente a partir da década de 2000. A publicação da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008) marca um divisor de águas ao propor a matrícula de todos os estudantes, com ou sem deficiência, nas escolas comuns do ensino regular. No entanto, entre o discurso oficial e a realidade das práticas escolares, há uma lacuna significativa que precisa ser analisada criticamente.

O presente estudo parte do entendimento de que os discursos institucionais — especialmente os produzidos por órgãos como o Ministério da Educação — não apenas orientam práticas, mas também constroem simbolicamente as ideias de diversidade, cidadania e inclusão. Conforme afirma Barros (2005), “o discurso não é neutro, mas carrega consigo um sistema de valores e posicionamentos ideológicos que o sustentam” (p. 37). Isso justifica a utilização da análise semiótica como instrumento para desvelar as contradições internas ao discurso oficial sobre a inclusão de pessoas autistas nas escolas.

Autores como Fiorin (1994), Greimas e Courtés (1979) e Barros (2005) oferecem as bases para essa abordagem semiótica, especialmente por meio dos conceitos de **função veridictória**, **quadros de valores** e **dialogia**. A função veridictória, por exemplo, permite distinguir entre o “parecer” inclusivo e o “ser” inclusivo — uma



distinção crucial quando observamos que os textos institucionais muitas vezes proclamam princípios de equidade e universalidade, mas também inserem condicionantes como “de acordo com as possibilidades da instituição”, o que relativiza tais garantias.

A literatura educacional também tem sido crítica quanto à implementação da política de inclusão. Para Mantoan (2006), “incluir é muito mais do que permitir o acesso físico à escola; é transformar suas estruturas e concepções para que todos, com suas diferenças, possam aprender com qualidade” (p. 29). Essa ideia é reforçada por Luciana Brites (2014), que ao discutir especificamente a inclusão de alunos com TEA, destaca que “sem formação adequada, o professor pode acabar reforçando a exclusão, mesmo com boa intenção” (p. 538). Ela argumenta que o autismo exige práticas pedagógicas sensíveis às particularidades da comunicação, interação e comportamento do estudante.

Ao consultar revistas científicas da área de educação inclusiva, constata-se que grande parte dos obstáculos relatados por professores e gestores está relacionada à falta de preparo e à ausência de apoio técnico especializado. Trabalhos como o de Pletsch e Glat (2012) revelam que muitos educadores se sentem sozinhos frente ao desafio da inclusão, especialmente quando se trata de alunos autistas. Esses relatos evidenciam que, apesar da existência de políticas públicas, sua aplicação concreta depende de uma rede de suporte ainda insuficientemente estruturada.

Além disso, Bauman (2009), ao refletir sobre os direitos na contemporaneidade, oferece uma leitura sociológica que ajuda a compreender a fragilidade da cidadania proclamada nos discursos institucionais. Segundo ele, “os direitos fluem facilmente no plano dos enunciados, mas sua realização depende de estruturas sólidas que, na modernidade líquida, estão se desmanchando” (p. 112). Assim, o discurso de inclusão pode operar mais como um mecanismo de legitimação política do que como um compromisso efetivo com a transformação das condições reais.

A obra de Tomaz Tadeu da Silva (2010) também contribui ao abordar como os currículos escolares operam como tecnologias de identidade. Para o autor, os documentos oficiais produzem “sujeitos ideais” de inclusão, mas silenciam as condições materiais que tornam possível ou não essa experiência. Em suas palavras, “o currículo fala de todos, mas serve a alguns” (SILVA, 2010, p. 72), o que revela a importância de se investigar o que está por trás da suposta universalidade do discurso.

Dessa forma, a fundamentação teórica do presente estudo está ancorada em uma



pesquisa bibliográfica abrangente e atualizada, que abrange:

A) **Livros e artigos clássicos e contemporâneos** sobre inclusão escolar, cidadania e diversidade; B) **Documentos oficiais**, como a *Política Nacional de Educação Especial* (BRASIL, 2008); C) **Estudos específicos sobre o autismo**, como os de Brites (2014); D) **Referenciais teóricos da semiótica discursiva**, como Greimas, Barros e Fiorin; E) **Análises sociológicas e críticas da educação**, como Bauman (2009) e Silva (2010).

Essas referências foram organizadas de maneira a criar uma progressão argumentativa. Inicialmente, apresenta-se o discurso institucional como objeto de análise; em seguida, utiliza-se a teoria semiótica para propor uma leitura crítica desse discurso; por fim, dialoga-se com autores que identificam lacunas entre a legislação e sua implementação.

Esse corpo teórico evidencia que a inclusão escolar de pessoas com TEA é um campo de disputas simbólicas e práticas, no qual a linguagem desempenha papel fundamental. Como alerta Barros (2005), a análise do discurso é também um ato político, pois permite revelar o que é dito — e o que é silenciado — nos textos que moldam nossa visão de mundo.

3. Metodologia

A metodologia adotada é a **análise semiótica discursiva**, com base no modelo narrativo de Greimas e Fiorin (1994), articulado às orientações práticas de Barros (2005). O corpus é composto por trechos do documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008), especialmente aqueles que mencionam a inclusão de pessoas com TEA.

A análise é realizada em três níveis:

Função veridictória, para identificar possíveis contradições entre o discurso e a prática;

Quadros de valores, para mapear as representações de diversidade e cidadania;

Dialogia, para observar o embate entre o discurso técnico-legislativo e as vozes



sociais que tensionam sua legitimidade.

4. Análise e Interpretação dos Dados

O documento analisado afirma que “toda pessoa, independentemente de suas condições, deve ter garantido o direito de acesso e permanência na escola regular” (BRASIL, 2008, p. 5). A construção dessa enunciação aponta para um **quadro de valores universalizante**, que se ancora na igualdade e na cidadania como princípios fundamentais.

Contudo, ao analisar a **função veridictória**, observa-se uma importante ambivalência: o texto utiliza expressões como “quando possível” e “de acordo com as condições da instituição”, o que relativiza a promessa de inclusão plena. Essa diferença entre o enunciado e a realidade vivida evidencia o “parecer” inclusivo sem garantir o “ser” inclusivo.

A **dialogia** manifesta-se pela tentativa do discurso institucional de responder às pressões sociais por inclusão, mas ao mesmo tempo se proteger juridicamente. Como afirma Bauman (2009), vivemos em uma sociedade marcada pela liquidez dos compromissos: o direito à inclusão é proclamado, mas sua realização é frequentemente adiada ou condicionada.

Outro aspecto relevante é que, embora o texto valorize a diversidade ao afirmar que “a escola inclusiva reconhece e valoriza as diferenças” (BRASIL, 2008, p. 7), **não especifica como** essa valorização deve ocorrer nas práticas escolares. Como observa Mantoan (2006), a falta de formação docente e de recursos pedagógicos adaptados compromete a efetivação da inclusão, especialmente para estudantes com autismo, cujas necessidades requerem abordagens individualizadas.

A análise dos **quadros de valores** ainda revela que a diversidade é associada a uma ideia de enriquecimento do espaço escolar, mas não se problematiza a estrutura excludente da escola tradicional. Isso leva a uma inclusão que, na prática, pode se resumir à presença física do aluno com TEA, sem sua real participação nas dinâmicas escolares (BRITES, 2014).

5. Conclusão

A análise semiótica do documento oficial revela a complexidade dos discursos que tratam da inclusão escolar de pessoas autistas. O texto apresenta-se como promotor da cidadania e da diversidade, mas opera com ambivalências que, muitas vezes,



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

esvaziam o potencial transformador da proposta inclusiva.

Constata-se que o discurso institucional, ao não explicitar os meios para garantir a inclusão, produz uma verdade parcial, ancorada no parecer. A ausência de orientações práticas e a responsabilização difusa sobre a efetivação da inclusão tornam o direito proclamado frágil e vulnerável.

Conclui-se que é essencial tensionar os discursos legais e promover uma escuta ativa das vozes sociais — de educadores, famílias e dos próprios estudantes autistas. A semiótica, como ferramenta de análise crítica, permite revelar essas contradições e abrir caminhos para práticas educativas mais coerentes com os valores que proclamam.

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *O método estrutural da narrativa*. São Paulo: Ática, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação *Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRITES, Luciana. A inclusão escolar de alunos com autismo: desafios e possibilidades. *Revista Educação Especial*, v. 27, n. 50, p. 535-548, 2014.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Greimas*. São Paulo: Ática, 1994.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. A construção da escola inclusiva no Brasil: avanços e desafios da formação de professores. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 19-33, jan./mar. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.